



## **Desenvolvimento local sustentável no Município de Inácio Martins - PR: percepção das lideranças sobre o protagonismo das organizações comunitárias**

Sirlei Terezinha Gadomski (Unicentro) [sirleigr@yahoo.com.br](mailto:sirleigr@yahoo.com.br)  
Carlos Alberto Marçal Gonzaga (Unicentro) [gonzaga@unicentro.br](mailto:gonzaga@unicentro.br)

### **Resumo**

Este artigo apresenta resultado parcial de pesquisa sobre as potencialidades do desenvolvimento local sustentável no município de Inácio Martins - PR. Utilizou-se o método qualitativo, de caráter descritivo. A investigação foi conduzida por pesquisa bibliográfica seguida por pesquisa de campo cuja coleta de dados foi efetivada mediante entrevista a líderes de associações comunitárias que atuam no município. Constatou-se que os líderes comunitários percebem a importância do desenvolvimento local sustentável, como também a relevância das organizações comunitárias nesse processo, por contribuírem para a apuração, execução e avaliação de iniciativas em prol do interesse público. É possível apontar que a contribuição das organizações comunitárias no desenvolvimento sustentável do município de Inácio Martins, PR, tem sido historicamente pontual, embora se observem condições objetivas para que as mesmas participem mais ativamente das tomadas de decisões e contribuam nos processos de execução.

**Palavras-Chave:** Organização Comunitária, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Município de Inácio Martins, Participação Política.

## **Local sustainable development at Inácio Martins Municipality - PR: leaders' perception on the role of communitarian organizations**

### **Abstract**

This article presents the partial result of a research on the local sustainable development potentialities at Inacio Martins Municipality, PR, Brazil. The approach is qualitative and descriptive, by utilization of bibliographic investigation and semi structured interview with communitarian leaders. It was observed that the communitarian leaders perceive the importance of local sustainable development, as well as the relevance of the communitarian organizations in this process, because their contribution for the verification, implementation and assessment of the achievement. It is possible to conclude that the contribution by communitarian organizations for the local sustainable development of de Inacio Martins Municipality, PR, historically has been picky while there are objective conditions for active participation in the decision making and executive process.

**Key Words:** Communitarian Organization, Local Development, Sustainable Development, Inacio Martins Municipality, Political Participation.

## **1 Introdução**

O desenvolvimento local está relacionado com a efetivação de iniciativas que possam modificar uma situação existente em determinada localidade, fundamentado na intenção de estimular o aproveitamento e o desenvolvimento das potencialidades existentes. Essa perspectiva de desenvolvimento está inserida na noção de concretização de interesses comuns, sendo importante, para que isto ocorra, a mobilização social, fazendo com que sejam efetivados esforços coletivos, que tornam possível a concretização destes interesses.

Neste cenário, as associações, passam a ter um importante papel, pelo fato de congregarem pessoas que apresentam uma perspectiva própria da realidade, com seus recursos e suas necessidades, permitindo que exponham suas noções para que o processo de desenvolvimento local seja constituído em conformidade com a realidade local.

Considerando essa perspectiva, o presente artigo analisa os resultados parciais de uma pesquisa de campo realizada com líderes de organizações comunitárias que atuam no município de Inácio Martins – PR. Essa pesquisa foi efetivada mediante o emprego de entrevistas estruturadas, possibilitando que os participantes da pesquisa expusessem livremente suas opiniões, considerando a realidade que vivenciam no referido município.

Visando alcançar o objetivo principal e proposta deste trabalho: identificar a percepção das lideranças comunitárias sobre a contribuição das organizações comunitárias para o desenvolvimento local no município de Inácio Martins - PR, o presente artigo está dividido em: introdução, embasamento teórico, metodologia, apresentação e discussão dos resultados e conclusão, além das referências.

## **2 Embasamento teórico**

Na abordagem do tema desenvolvimento local, a primeira concepção que surge refere-se à dimensão econômica, como se este fator representasse o principal referencial de crescimento de uma determinada localidade. Contudo, a noção de desenvolvimento local é mais abrangente, contemplando, segundo Costa (2008), a ampliação da capacidade da localidade e das pessoas que residem em seu território e, assim, perspectivas de desenvolvimento social, cultural e político.

O desenvolvimento local está relacionado com a efetivação de iniciativas que possam modificar uma situação existente em determinada localidade, fundamentado na intenção de estimular o aproveitamento e o desenvolvimento das potencialidades existentes. Essa perspectiva de desenvolvimento está inserida na noção de concretização de interesses comuns, sendo importante, para que isto ocorra, a mobilização social, fazendo com que sejam efetivados esforços coletivos, que torna possível a concretização destes interesses.

O desenvolvimento local, conforme identifica Buarque (1999, p. 10), constitui-se em:

[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

O processo endógeno refere-se a uma iniciativa que busca atender as necessidades e demandas da localidade considerando a participação ativa das pessoas, para torná-lo sustentável, realçando as potencialidades locais que permitem estabelecer um desenvolvimento planejado.

Na percepção de Silveira (2011, p. 104), o processo endógeno permite que ocorra o “[...] desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade”, onde o

desenvolvimento econômico é decorrência da valorização e do emprego destes recursos em torno da causa desenvolvimentista. A concepção de processo endógeno está vinculada a uma forma solidária de desenvolvimento, por envolver a perspectiva de participação e mobilização das pessoas, evitando que a sua instituição seja estabelecida de cima para baixo, posto que esta forma nem sempre considera as características locais, sociais, culturais e humanas da localidade, o que pode representar a definição de medidas distantes da realidade

Nesse contexto, para o desenvolvimento, é importante, no entendimento de Rezende e Ultramari (p. 269), considerar “[...] o aprendizado da participação popular, da compreensão técnica da realidade e da comunicação entre agentes com interesses diversos”. A participação popular é de grande valia, pois possibilita a mobilização das potencialidades humanas em torno de um projeto comum de desenvolvimento, fazendo com que haja ações compatíveis com a realidade, o que tende a elevar as possibilidades de êxito no que esta sendo proposto para o desenvolvimento local.

A compreensão técnica da realidade representa a condição do modelo de desenvolvimento local estabelecido ser passível de ser concretizado, por considerar aspectos particularizados, permitindo que as ações planejadas tenham possibilidades de serem executadas, alicerçadas em situações concretas. Essa compreensão é relevante em situações onde haja a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento com a questão ambiental. A preocupação com a questão ambiental envolve tanto o atendimento a legislação vigente como a perspectiva de preservação do meio ambiente, que é um paradigma vigente na sociedade contemporânea.

Assim, o desenvolvimento local precisa pautar-se na noção de sustentabilidade que, segundo Vasconcelos, Andrade e Cândido (2009, p. 106), indica que:

[...] o desenvolvimento [...] só pode ser alcançado com a condução de projetos direcionados para a preservação dos recursos ambientais presentes, adequando-os às particularidades do entorno da localidade, ou seja, a concepção e o fomento do desenvolvimento de uma dada região devem passar, necessariamente, pela avaliação das potencialidades desta frente às características do empreendimento.

A sustentabilidade permite que seja conciliado o interesse econômico com a preservação ambiental, que não se resume a perspectiva do uso racional dos recursos naturais e conservação da natureza, mas também contemplando os anseios e necessidades humanas, fazendo com que o projeto de desenvolvimento contribua para a constituição de uma realidade social menos injusta e exclusiva.

Para Ckagnazaroff e Abreu (2009, p. 4), a sustentabilidade, no âmbito do desenvolvimento local, passa a ter a possibilidade de “[...] promover transformações nas bases econômicas e sociais locais, com resultados positivos para a sociedade, meio ambiente, empresas”. A consideração de resultados positivos para o meio ambiente incorpora tanto a preservação ambiental como também a condição humana, no sentido de considerar a sua qualidade de vida, que leva em conta a superação de situações que ocasionem sua vulnerabilidade social, como a miséria, a falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde.

Cabe ressaltar que, pelo fato de haver um nível de interação humana significativa, o desenvolvimento social representa uma forma de estratégia política e social relacionada à mudança, envolvendo também as perspectivas econômica e cultural da localidade. O desenvolvimento oportuniza o estabelecimento de uma nova realidade, pautada na intenção de modificar um cenário social de estagnação ou de sub-representatividade política e cultural, identificando sua capacidade de influir no florescimento de uma localidade, a partir das perspectivas das pessoas e instituições que se irmanam em torno deste projeto.

Entre os participantes do desenvolvimento local, as organizações comunitárias acabam tendo um papel relevante na sua execução, pelo fato de conseguir agregar representantes de diversos

segmentos sociais, contribuindo para que haja uma concepção mais heterogênea da realidade, oportunizando que a elaboração do projeto de desenvolvimento contemple os múltiplos anseios e necessidades existentes.

## **2.1 Organizações comunitárias e desenvolvimento local**

As organizações comunitárias representam a junção de pessoas em torno de causas comuns, com a intenção de mobilizar as pessoas interessadas, como também oportunizar um nível de representatividade social ao segmento em que estão inseridas, contribuindo para que suscitem a atenção da sociedade e das entidades públicas acerca dos seus anseios e necessidades.

Para Lüchmann (2011, p. 142-143), uma associação consegue contemplar:

[...] uma boa listagem de requisitos considerados fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade democrática, seja pela sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos; seja pelo caráter pedagógico no sentido da promoção de processos de educação política (de confiança, cooperação e espírito público); por denunciar as relações de poder, ou ainda por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas.

Uma associação comunitária é uma entidade de natureza democrática, que confere às pessoas a condição de estabelecerem uma ação conjunta em torno de suas demandas, conseguindo suscitar um nível de conscientização maior em seus associados no que tange a participação política e social, como também da relevância da mobilização para a conquista ou concretização de direitos. Há, no âmbito das organizações comunitárias, a valorização do ser humano, no sentido de colocar em relevo que somente a cooperação e o compartilhamento de ideais e projetos conjuntos é que tornará possível modificar determinada situação que esteja originando algum prejuízo ou risco às pessoas. Na concepção de Leonello (2010, p. 5), as organizações comunitárias:

[...] abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

A associação comunitária oportuniza que as pessoas possam estabelecer uma ação social direcionada, suplantando a eventual falta de representatividade social individual para a constituição de uma entidade representativa com maior força de representação, que se origina na sua capacidade de mobilizar seus associados em torno de causas comuns.

No âmbito do desenvolvimento local, a associação comunitária tem um importante papel, por apresentar, na elaboração de um projeto, as demandas do segmento que representa, contribuindo também para que sejam detectadas as potencialidades, as dificuldades, os anseios e as necessidades de determinados segmentos sociais da localidade. Nesse sentido, a condição de processo endógeno do desenvolvimento local se acentua pelo fato de, segundo Buarque (1999, p. 9) ser: “[...] registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

A participação das organizações comunitárias no desenvolvimento local coloca em relevo a possibilidade de mudanças nas bases econômicas, sociais, políticas e culturais de uma determinada localidade, considerando as informações repassadas pelas organizações comunitárias, que passam a ter um papel ativo nas ações efetivadas, fazendo com que as

pessoas possam perceber que a atuação coletiva é um fator significativo em um ambiente democrático.

A associação comunitária identifica também que o ser humano tem a condição de se tornar ator principal do desenvolvimento, principalmente em cenários onde há a ausência ou a omissão do ente estatal. Silvano, Silva e Santos (2007, p. 1) realça que a mobilização originária de uma associação comunitária “[...] permite a execução de ações conjuntas, facilita a resolução de problemas comuns e gera novas oportunidades”. Por meio de uma associação comunitária, torna-se possível a efetivação de ações que possam concretizar interesses comuns, de forma que ao favorecer o desenvolvimento social influencia no desenvolvimento local. Ademais, a atuação coletiva promove a capacitação dos indivíduos participantes para tomarem iniciativas visando o enfrentamento das desigualdades e o estímulo ao desenvolvimento local.

Leonello (2010, p. 2) considera que o associativismo “[...] se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões”. Nesse sentido, as associações têm grande importância no desenvolvimento local, fazendo com as pessoas estabeleçam ações conjuntas, aproveitando as potencialidades humanas e ambientais existentes na localidade, fazendo com que as transformações possam ocorrer.

Ocorre também um nível maior de representativo, onde os anseios de determinados segmentos são considerados na elaboração do processo de desenvolvimento local, condição que confere um nível maior de inclusão, além de concretizar o ideário de participação democrática na sociedade.

### **3 Metodologia**

A pesquisa, cuja análise é apresentada neste artigo, é de natureza qualitativa e caráter descritivo. Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo, com entrevistas estruturadas às lideranças de organizações comunitárias do Município de Inácio Martins - PR.

A pesquisa qualitativa permite que haja a possibilidade do tema enfocado ser identificado a partir dos seus sentidos e dos seus significados no meio social, colaborando para sua compreensão a partir dos efeitos que origina na realidade, revelando um maior aprofundamento no estudo de suas características, condição apontada por Lehfeld (2007).

O caráter descritivo consiste na descrição das principais particularidades do tema enfocado. Essa descrição é orientada na coleta de informação que evidenciem a maneira como o assunto é considerado na literatura científica, havendo a abertura para que sejam incorporadas exposições colhidas no meio social que permitem uma abordagem ampliada (ANDRADE, 2010).

A pesquisa de campo, por sua vez, permite que sejam buscadas, no meio social, informações que resultam no aprofundamento da percepção acerca dos sentidos e significados do assunto estudado. Tamaki (2005, p. 19) assevera que a pesquisa de campo:

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem, espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los.

Na coleta de informações, foi utilizada uma entrevista estruturada, composta de sete questões. A amostragem parcial analisada contou com a participação de lideranças de quatro organizações comunitárias, de um total de trinta e duas oficialmente registradas, com atuação

no Município de Inácio Martins. Os dados foram coletados no mês de janeiro de 2014. Na apresentação dos resultados, buscou-se preservar, na medida do possível, a expressão literal das palavras dos participantes da pesquisa, porque a linguagem é uma das dimensões fundamentais da percepção sobre a realidade. (BERGER e LUCKMANN, 2011).

## **4 Apresentação e discussão dos resultados**

### **4.1 Caracterização do município**

O Município de Inácio Martins está situado no topo da Escarpa Mesozoica (denominada de Serra da Esperança, que é o nome dado à Serra Geral no Estado do Paraná), na divisa entre o Segundo e o Terceiro Planalto Paranaense, fronteiro aos Municípios de Prudentópolis, Rio Azul, Irati, Cruz Machado, Guarapuava e Pinhão. A distância até a capital do Estado, Curitiba, é de 205,14 km. Do ponto de vista da divisão política, situa-se na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Inicialmente foi distrito do Município de Guarapuava, tendo se tornado independente através da Lei Estadual nº4.245/1960. Sua sede está a 1.202 metros de altitude em relação ao nível do mar, o que o torna o município mais alto do Paraná. A população total do Município, com base no Censo do IBGE de 2010, é de 10.943 habitantes. (IBGE, 2014; IPARDES, 2013). Tal quantidade populacional é praticamente a mesma verificada no Censo do IBGE de 1980 e de 2000 (10.468 e 10.963 habitantes respectivamente). No entanto, no Censo do IBGE de 1991, a população havia chegado a 13.776 habitantes. Concomitante ao não crescimento populacional total, verificou-se um crescimento populacional acentuado no meio urbano (INÁCIO MARTINS, s/d). Verificou-se, portanto, dois fenômenos demográficos: por um lado ocorreu um processo migratório do meio rural para o meio urbano; por outro lado, ocorreu uma migração para outros Municípios, principalmente da força de trabalho jovem, que percebe pouca ou nenhuma oportunidade atrativa de renda para motivá-los a permanecer.

A área territorial do município é de 89.843,10 hectares, dos quais 51% (45.819,93 ha) constitui-se em parcela de uma Unidade de Conservação criada em 1992, a Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra da Esperança, onde legalmente há restrições para ocupação e uso do solo (IAP, 1998; GONZAGA et al, 2011).

Além da APA, o Município possui outra área de preservação ambiental, que é a Reserva Indígena Rio D'Areia, da etnia Guarani, com área de 950 hectares.

Embora as Unidades de Conservação representem alguma limitação para a exploração econômica dos recursos naturais existentes, em compensação a Lei Estadual Complementar 59/1991, atribui direito à repartição de 5% do ICMS do Estado do Paraná aos Municípios que possuem mananciais de abastecimento e Unidades de Conservação. Esta parcela de recursos financeiros é conhecida como ICMS-Ecológico (PARANÁ, 1991). Por essas duas Unidades de Conservação o Município de Inácio Martins recebeu, em 2011, por conta do repasse de ICMS-Ecológico, a quantia de R\$ 637.260,49. Deste valor, R\$ 79.617,45 é referente à Reserva Indígena Rio D'Areia e R\$ 557.643,04 em função da APA da Serra da Esperança. Em 2012, o total de recursos financeiros do ICMS-Ecológico repassados ao Município de Inácio Martins foi de R\$ 658.585,12. (IAP/DIBAP, 2012; THE NATURE CONSERVANCY, 2014).

### **4.2 A percepção das lideranças comunitárias**

Os participantes da pesquisa foram solicitados, primeiramente, a apontar o significado de desenvolvimento local municipal. A percepção de desenvolvimento destacada pelos participantes da pesquisa contempla, inicialmente, o envolvimento de todos para que seja concretizado. O envolvimento da sociedade é relevante para que as ações a serem desenvolvidas contemplem as necessidades e anseios dos diversos segmentos que compõem o

município, como também permite a compreensão da realidade existente, fazendo com que estas ações sejam melhores direcionadas e aproveitem as potencialidades existentes na localidade, além de mitigar as eventuais dificuldades vigentes.

No desenvolvimento local, a valorização do envolvimento decorre no entendimento de Ckagnazaroff e Abreu (2009), pelo fato da necessidade “[...] de uma efetiva mobilização social, bem como de uma convergência em prol dos projetos coletivos para atingir seus objetivos. A emancipação e emergência de novos atores é ponto-chave nesta nova dinâmica”. A emancipação e a emergência de novos atores são favorecidas pela associação, fazendo com que segmentos sociais consigam instituir uma entidade representativa, fazendo com que seus posicionamentos se tornem conhecidos na elaboração de um projeto de desenvolvimento local.

Outra característica a ser ressaltada foi apontada pelo entrevistado 3 (2014), que considera o desenvolvimento local como um importante componente para minimizar o êxodo para outras cidades. Nesse sentido, é possível estabelecer atividades que contemplem as características da localidade, fazendo com que as pessoas possam encontrar um ambiente laboral favorável, como também tenham condições mínimas para desenvolver atividades como a agricultura familiar, que é uma alternativa importante a ser considerada no município de Inácio Martins, gerando emprego e renda, que fortalecem a economia local.

A agricultura familiar consegue conciliar a produção com a proteção ambiental, pelo fato de empregar técnicas produtivas que asseguram a manutenção e preservação dos recursos naturais, sendo um importante componente no desenvolvimento local. Nesse cenário, é importante o acesso a educação, conforme destacou o entrevistado 2 (2014), componente que influenciou na formação do ser humano para poder atuar de forma consciente no meio social. Essa consciência, no caso do município de Inácio Martins, consiste em conciliar a atividade produtiva com a sua condição de APA.

Cabe ressaltar que o posicionamento dos participantes da pesquisa acerca do significado do desenvolvimento municipal contempla a dimensão humana, posto que, conforme identifica o entrevistado 4 (2014), a junção de esforços é que faz a diferença para que um projeto de desenvolvimento se sustente e seja aprimorado para atender a realidade local.

Na segunda questão, os sujeitos da pesquisa apontaram os fatores que consideram importantes para que ocorra o desenvolvimento local. Entre os fatores citados, é possível destacar o apontado pelo entrevistado 1 (2014), que refere-se a associação, que representa uma forma de conferir maior poder social as pessoas, fazendo com que se tornem sujeitos no processo de mudança que fomenta a concepção de desenvolvimento local. Essa condição foi reiterada também pelo entrevistado 3 (2014), onde o envolvimento da população confere maior sustentáculo às ações relativas ao desenvolvimento local, orientando a própria atuação do poder público local.

As iniciativas do município de Inácio Martins, como a aquisição dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar representa um importante fomento para o desenvolvimento local, fazendo com que as pequenas propriedades consigam obter recursos para seu sustento, reduzindo o êxodo rural. Há também a condição do poder público esclarecer acerca da necessidade de observação da legislação acerca da APA, fazendo com que o processo produtivo não comprometa a preservação ambiental, estimulando a procura por alternativas de desenvolvimento compatíveis com a realidade existente.

O entrevistado 2 (2014) ressaltou a necessidade de interação entre os poderes públicos, porém, é importante que haja a participação da sociedade civil, com a intenção de estabelecer um projeto de desenvolvimento local democrático, evitando a imposição, que nem sempre

rende os resultados esperados, sobretudo no que tange a mobilização da participação da população. Nesse contexto, a associação se destaca, por ser uma entidade que agrega as perspectivas cultivadas pelos seus associados, fazendo com que encontre pontos comuns que podem ser alcançados nas ações de desenvolvimento local, permitindo que as especificidades do município sejam consideradas, como a condição de APA de grande parte do território do município de Inácio Martins.

Na terceira questão, os sujeitos da pesquisa indicaram os principais responsáveis pelo desenvolvimento local. Os entrevistados 2 (2014) e 3 (2014) apontaram que a responsabilidade é compartilhada entre os cidadãos e o poder público. Essa percepção é relevante para que ocorram mudanças, pautadas no compartilhamento de responsabilidades, fazendo com que o desenvolvimento local possa ser efetivado de forma significativa. Afirma Lüchmann (2011, p. 161) que o ideal do bem comum é estimulado no relacionamento das organizações comunitárias com o Estado, à medida que aumenta o poder das organizações comunitárias e propicia ganho de eficiência às instituições sociais e democráticas.

A importância do Estado é inegável, posto que um órgão, como a EMATER, citado pelos entrevistados 2 (2014) e 4 (2014), tem a condição de oportunizar a disseminação de conhecimentos importantes para alavancar as atividades agrícolas e, em consequência, colaborar no desenvolvimento local. Contudo, a participação popular é relevante para que os órgãos estatais tenham maior compreensão da realidade e possam detectar as demandas que influem na possibilidade de desenvolvimento do município. A realidade social é complexa e sua decodificação exige a participação de todos os sujeitos sociais que, por meio das organizações comunitárias, encontram um importante mecanismo de representação, conseguindo levar as autoridades públicas seus anseios e necessidades.

Na quarta questão, os sujeitos da pesquisa apontam qual a contribuição da associação que representam oferece para o desenvolvimento local. Cada associação contribui conforme os objetivos que direcionam sua atuação, sendo importante destacar que, como entidade, consegue congrega diferentes pessoas em torno de causas comuns, permitindo que colabore efetivamente no desenvolvimento local. De acordo com Czagnazaroff e Abreu (2009), a atuação das organizações comunitárias oportuniza o envolvimento da comunidade no planejamento, implementação e acompanhamento de projetos de desenvolvimento. Esse envolvimento é determinante para que o desenvolvimento local seja considerado como um projeto coletivo, onde a responsabilidade e o comprometimento com a definição, a execução e a avaliação das ações são de todos, resultando em uma integração que produz resultados.

Na quinta questão, os participantes da pesquisa opinaram acerca do desenvolvimento local no município de Inácio Martins – PR.

O desenvolvimento local no município de Inácio Martins – PR ainda não ocorreu em um ritmo compatível com outros municípios próximos, conforme opina o entrevistado 2 (2014), “se compararmos com outros municípios vizinhos do mesmo porte, é possível percebermos que ficamos para trás, pouco se fez em 50 anos, foi feito apenas o básico, acho que faltou entusiasmo dos governantes”. (ENT. 2).

Essa condição interfere na própria evolução das associações, fazendo com que não haja a constituição de um meio social compatível com as necessidades apresentadas pelos munícipes. Quando o processo de desenvolvimento não é satisfatório, as associações têm a condição de oportunizar um debate mais amplo na sociedade acerca dos fatores que influenciam nesta situação, como também apontando eventuais medidas que possam modificar este cenário.

Silveira (2011) aponta que as associações, como instâncias democráticas, podem influir na elaboração de processos de desenvolvimento, apontando problemas e as prováveis soluções, fazendo com que os gestores públicos tenham referenciais para amparar sua atuação na localidade.

Na sexta questão, os participantes da pesquisa apontaram se acreditam que o desenvolvimento municipal é possível. A crença na possibilidade de desenvolvimento é uma unanimidade entre os participantes da pesquisa, considerando até as condições existentes no município, como o fato de grande parte de seu território estar incluso em uma APA, o que demanda a efetivação de ações diferenciadas para garantir um desenvolvimento sustentável. A questão da APA demanda um estudo mais abrangente para a formulação de ações de desenvolvimento local compatíveis com as restrições existentes e, neste sentido, o conhecimento das pessoas é fundamental, para que sejam encontradas alternativas que possam ser efetivadas.

Conforme aponta o entrevistado 1 (2014), a agricultura é uma alternativa viável, desde que seja sustentável. Nesse cenário, a agricultura familiar oportuniza essa condição, fazendo com que os próprios agricultores fiquem atentos ao uso adequado dos recursos naturais, sem comprometer as determinações legais ambientais vigentes. Outro aspecto a ser considerado é o apontado pelo entrevistado 2 (2014), que consiste na elaboração de um planejamento de médio e longo prazo, que pode contribuir para que as ações de desenvolvimento possam ser efetivadas de forma gradual e contínua, incorporando a própria evolução das associações, que possuem importante papel no desenvolvimento local.

O entrevistado 3 (2014) identifica que há um atraso considerável do município em relação a outras localidades próximas, mas que esta situação pode ser modificada, posto que, ao longo do tempo, é possível constatar alguns avanços. A avaliação desses avanços permite que seja estimada a continuidade de ações que vem gerando resultados, como também a estipulação de novas medidas que contemplem a realidade vivenciada pelo município.

Na sétima questão, os participantes da pesquisa opinaram acerca da visão que cultivam em relação ao futuro do município. A visão de futuro exposta pelos participantes da pesquisa considera a questão da APA, sem que isto represente um empecilho, mas sim um fator para que sejam estimadas novas alternativas que confirmem ao município a condição de alcançar um maior desenvolvimento local.

Inácio Martins é um município privilegiado e por suas belezas naturais, rio de águas cristalinas, mata nativa, mas também sabemos que há muitas áreas já degradadas, apesar das leis ambientais. Eu acho que é possível conviver com as pressões pela proteção ambiental, devemos tirar proveito disso, promovendo o turismo para conhecer as belezas da região, pois sabemos o quão é importante manter as florestas intactas para o futuro de nossos filhos. (ENT. 2)

É importante, na elaboração de ações de desenvolvimento local, considerar as perspectivas existentes nas associações comunitárias, como forma de alavancar um processo sustentável, fazendo com que haja um nível maior de responsabilidade e comprometimento dos envolvidos.

Leonello (2010, p. 8) considera que, no caso do desenvolvimento local, o “[...] fortalecimento institucional para a cooperação pública-privada e comunitária, é condição necessária para a criação de ambientes inovadores territoriais”. A inovação é possível em qualquer ambiente, sendo que as associações podem apontar caminhos para que o desenvolvimento local contemple este fator, aproveitando os recursos existentes, sem colocar em risco a preservação ambiental, permitindo que a localidade alcance o desenvolvimento esperado.

## 5 Conclusão

Os resultados da pesquisa apontam que ainda há a necessidade de que haja um trabalho maior de conscientização da importância das associações, oportunizando que mais pessoas venham a participar de tais entidades, que possuem um papel importante no âmbito do desenvolvimento local.

Os participantes da pesquisa, considerando sua área de atuação, apontaram diversas ações que podem ser implementadas visando o desenvolvimento sustentável do município de Inácio Martins, PR. Algumas das propostas levantadas podem ser complementares, mas verificou-se uma ausência de diálogo entre as organizações comunitárias e os diversos atores da vida socioeconômica e política do Município. Especialmente, percebe-se a falta de proximidade entre a sociedade civil e o poder público institucional.

Houve a menção de que o desenvolvimento local sustentável é possível, condição que denota a percepção de que o fato de uma área territorial significativa do município encontrar-se em uma APA não é impeditivo para que sejam elaboradas alternativas de atividades que possam atender a geração de renda, atendendo as dimensões econômica, social e ambiental, para permitir boa qualidade de vida aos habitantes locais.

## Referências

- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 1999.
- CKAGNAZAROFF, I. V.; ABREU, B. V. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis: 25 a 29 de maio de 2009.
- COSTA, É. C. V. **Análise das ações voltadas ao desenvolvimento local na comunidade do Manejo, município de Lima Duarte, MG**. Dissertação Mestrado em Extensão Rural. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008.
- GONZAGA, C. A. M.; PRADO, K. C. P.; SILVA, A. J. H.; FREITAS, C. C. G. Renda da terra em uma área de proteção ambiental no Paraná. **Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, Niterói/Rio de Janeiro, 12 a 13 de agosto de 2011.
- IAP/DIBAP. **ICMS Ecológico por Biodiversidade**. Curitiba: IAP/DIPAP, 2012. Disponível em: <http://icmsecológico.org.br/tabelas/pr%20tabela%202011%20UCs.pdf>. Acesso em: abr/2014.
- IAP (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ). **Diagnóstico sócio ambiental da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança**: versão preliminar. Curitiba: IAP, 1998.
- IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA]. **Cidades@**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411020>. Acesso em: jun/2014.
- INÁCIO MARTINS, Município de. **Demografia**. s/d. Disponível em: [http://www.inaciomartins.pr.gov.br/portall/demografia/mu\\_dem\\_pop\\_total.asp?idMun=100141149](http://www.inaciomartins.pr.gov.br/portall/demografia/mu_dem_pop_total.asp?idMun=100141149). Acesso em: jun/2014.
- IPARDES [INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL]. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os Municípios do Paraná: 1991/2000/2010**. Curitiba: IPARDES, 2013. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM\\_municipios\\_pr.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_municipios_pr.pdf). Acesso em: jan/2014.
- LEHFELD, N. A. S. **Metodologia e conhecimento científico: horizontes virtuais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, n. 84, p. 142-174, 2011.

PARANÁ. Lei Estadual n.º. 9905, de 27 de janeiro de 1992. Cria Área de Proteção Ambiental - APA, na Serra Geral, conhecida como Serra da Esperança, no Estado do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n.º. 3689, de 27 de Janeiro de 1992, 27/01/1992. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7266&codTipoAto=1&tipoVisualizacao=original>. Acesso em: jan/2014.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n.º. 59, de 01 de Outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2.º. da Lei n.º. 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n.º. 3609, de 01 de Outubro de 1991.

PNUD [PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO]. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013#](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013#). Acesso em: jan/2014.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **RAP**, v. 41, n. 2, p. 255-271, março/abril de 2007.

SILVANO, J. R.; SILVA, A. N.; SANTOS, J. Incentivo ao associativismo como forma de desenvolvimento local através do Projeto Rondon. **Anais do XVII Seminário Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ** – Ciência, Reflexividade e (In) Certezas, 2007.

SILVEIRA, E. S. A importância do desenvolvimento local e do meio ambiente para os assentamentos rurais. **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 4, n. 1, p. 102-115, 2011.

TAMAKI, W. J. **Representatividade e ação coletiva**: uma avaliação empírica de sua eficácia. Dissertação Mestrado em Administração. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

THE NATURE CONSERVANCY. **ICMS Ecológico**: repasses: tabelas de repasse do ICMS Ecológico aos municípios: Paraná. The Nature Conservancy, 2014. Disponível em: <http://icmsecológico.org.br/tabelas/pr%20tabela%202012.pdf>. Acesso em: abr/2014

TREVISAN, M. C.; ABREU, F. H. Fundação comunitária e desenvolvimento local: modelo na construção de transparência, legitimidade, confiança e sustentabilidade. **Anais da VI Conferência Regional da ISTR para América Latina e Caribe**. Salvador: UFBA/ISTR, 8 a 11 de novembro de 2007.

VASCONCELOS, A. C. F.; ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local: uma aplicação em região produtora de mamona no Estado da Bahia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 105-120, janeiro/abril de 2009.